

# DIFERENÇA E REPETIÇÃO NA EDUCAÇÃO

*DIFFERENCE AND REPETITION IN EDUCATION*

**Rodrigo Luis Mingori**

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC, Brasil

**Nunes Jacondino**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, PR, Brasil

**Taiza Gabriela Zanatta Crestani**

Universidade do Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, SC, Brasil

---

DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v26i2.1814> Recebido em: 25.05.2024 Aceito em: 26.07.2024

---

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar o horizonte epistemológico da ciência no ocidente o qual serve de base para o trabalho pedagógico nas escolas do Brasil. Com base na teoria pós-estruturalista, se servindo dos conceitos advindos da filosofia da diferença lançada por Nietzsche e muito presente no pensamento de Deleuze, nossa análise aponta para um problema basilar da epistemologia ocidental sugerindo uma linha de fuga para o fazer da educação escolar. É um trabalho de revisão teórica e análise epistemológica.

**Palavras-Chave:** Linguagem; Discurso; Filosofia da Diferença; Educação.

**Abstract:** This article aims to analyze the epistemological horizon of science in the West, which serves as the basis for pedagogical work in Brazilian schools. Based on post-structuralist theory, using concepts from the philosophy of difference launched by Nietzsche and very present in Deleuze's thinking, our analysis points to a basic problem of Western epistemology, suggesting a line of escape for school education. It is a work of theoretical review and epistemological analysis.

**Keywords:** Language; Discourse; Philosophy of Difference; Education.

## Linguagem, semelhança e diferença

A teoria pós-estruturalista, a partir de Laclau e Mouffe, nos fornece novas maneiras de interpretar a realidade. Os autores argumentam que a realidade é construída na simbolização discursiva e destacam a ausência de um centro conceitual imóvel, que emane ordem ou organização no que é compreendido como sociedade. Desta forma os autores se contrapõem a teleologia histórica das tradições modernas. Para os autores, nada é inevitável, nem a permanência do capitalismo, nem a revolução (LACLAU; MOUFFE, 2015). Existe aí uma crítica essencial ao fundamento da realidade e da compreensão do que significa a sociedade, ou seja, o fato de ela ser fruto de construções simbólicas, impossível de se transformar em algo concreto – no sentido



A Revista Missioneira está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

da totalização. Assim, como em Deleuze, essa ausência de centro, ou de centro fora do sistema, revela a existência de uma falta constitutiva: outra categoria importante na teoria, visto que é justamente essa ausência que viabiliza sua existência, abrindo a possibilidade para que diversas experiências sejam possíveis. Sendo assim, a política é um campo de relações, de projetos que tentam afirmar-se (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014).

Aqui há uma proximidade com a leitura que Michel Foucault (2012) faz dos sujeitos. Fabricados discursivamente. Entendendo discurso como um conjunto de enunciados, consolidados a partir de uma dada formação histórica. Na mesma direção, Foucault informa que o discurso não habita apenas a esfera etérea do mundo, tal como o mundo das ideias, de Platão, mas se dá na união de ações e símbolos, tornando-se materializável na vivência dos corpos/atitudes. Por isso, aqui, o discurso é uma prática, uma prática discursiva. Nossos corpos estão sempre sendo atravessados por discursos (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014). Somos seres discursivamente corporificados, o corpo também é o lugar do discurso, e a consciência é a razão que é, *também*, a consciência do corpo (CHAUÍ, 2011). De todo modo, Foucault (2012), ao ampliar e delimitar seu conceito de discurso, também faz a importante relação binominal saber/poder, estabelecendo a ideia de que as práticas discursivas designam signos, estabelecem saberes como base de sua construção, assentadas no poder, que é uma relação. A relação de poder acaba por estabelecer efeitos de verdade.

Práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. E esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2012, p. 55).

Essa relação saber/poder, presente na base das práticas discursivas e na formação do discurso, que se dá através da utilização e da instituição do signo, ou de uma cadeia de signos, é uma chave de leitura do autor para compreendermos a questão da Escola Cívico-Militar. Os signos e sentidos construídos são também aqueles que, segundo essa lógica, definem o próprio conceito, a realidade dessa vivência social e parte da identidade de seus integrantes. Esse “mais” é a chancela da experiência na prática, da realidade. Os discursos, portanto, não são apenas palavras descritivas, mas o pano de fundo da vivência simbólica dos grupos, que se corporificam em ações, enunciados, práticas, enfim, discursos. As identidades dos indivíduos são pontos em relação a essa cadeia de significado (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Como consequência dessa afirmação, abre-se a possibilidade da construção de sentido e identidade. Essa sobre determinação no horizonte do indivíduo possibilita a subjetivação das posições, que carecem de essência objetiva e sugerem, em suas regularidades e tentativas de fixação subjetiva, construir alianças e afinidades. Daí que as aproximações de posição subjetivas, durante essa tentativa, produzem ordens precárias, que mais uma vez são caracterizadas pela ausência de afirmação positiva. São, de fato, o que não são; e mais, precárias e contingentes (LACLAU; MOUFFE, 2015; LACLAU, 2011).

Para Laclau e Mouffe, portanto, a identidade é um termo que não está nele mesmo, sendo montado na relação que estabelece com um sistema de diferenciação, em relação às demais identidades. Isso não exclui a historicidade das identidades, que de fato se apoiam em cadeias de referência, de semelhança ou diferença (o que trataremos mais adiante), costurando as narrativas discursivas em movimento. (ALVES, 2010).

Essa falta constitutiva de significado absoluto faz com que os discursos passem a operacionalizar a ação dos indivíduos que: “deve ser entendida em sentido relacional (e por isso complexa): uma identidade busca impor suas vontades na concorrência com outras, visando, com isso, universalizar seus conteúdos particulares” (MEDONÇA, 2007, p. 250), justamente com a tentativa de se transformar em sentido absoluto. Essa universalização *absolutizante* acaba, por definição, sendo inatingível; pois também é delimitada por um corte antagônico, o que confere a essa relação uma característica de precariedade, inclusive a que se relaciona com as identidades e com os discursos. Um discurso, portanto, pode ser entendido como uma prática social, com significado, que liga palavras e ações formando tentativas de totalidades significativas.

Mais precisamente, a definição de discurso aparece como resultado estruturado das práticas de articulação das identidades. A relação de associação e diferenciação das identidades constrói uma prática que se elabora e se altera mutuamente. Essa prática é o que o autor chama de articulação, e as articulações denunciam os discursos. Os discursos assim são resultado da prática de associação das identidades, conferindo dimensão simbólica e significativa ao evento social. A significação, portanto, não é posterior à prática, isto porque os sentidos sociais não são construídos a-historicamente, não sendo absolutos ou dados em si mesmos. Eles acontecem como resultado da práxis de um sistema de relações, que seria, de fato, um discurso (BURITY, 1997).

Aqui temos relações para com a filosofia da diferença, que percebe a repetição da diferença e não da semelhança, ao reconhecer que os fenômenos conceituais, articulados em pontos de posição de sujeito, tendem a ser observados a partir de uma relação de silogismo – a partir de uma tentativa de impor uma concepção única por sobre a realidade dos fenômenos. Autores como Deleuze (2021) chamam a atenção para o fato de o pensamento ocidental (a partir da própria história da filosofia ocidental), ter se baseado na busca da identidade (da similitude, tentando encontrar, de forma metafísica, as grandezas universais, a totalidade e o sentido teleológico por trás do agir humano). Relações de similitude, em associações de termos não associados. A realidade, necessariamente *simbolizável* e atravessada por posições de sujeito, perspectivas, constrói as identidades e estes mesmos sujeitos como fenômenos contínuos, que em civilizações como a ocidental tenderam a buscar construir semelhanças, onde talvez não existissem e/ou não precisavam existir. Obliterando a questão da diferença e das singularidades. A significação, ou a construção da realidade, se dá numa falsa lógica de semelhança, porque como já foi dito a percepção discursiva que organiza e dá sentido ao real é entendida, pelos autores, num sistema de significação negativo (a partir de um vazio constitutivo).

O conceito vazio, portanto, atua como ferramenta de análise do real que toma este mesmo real como realidade, relacionado à negatividade, a ausência de uma inscrição primeira que pudesse totalizar o campo simbólico e o campo social, de forma atemporal. O que coloca em debate uma nova possibilidade de se interpretar as posições de sujeito, baseada na crítica do sistema de significação por repetição da semelhança. No lugar desta perspectiva, da semelhança, se afirma a diferença, pois a própria repetição, aqui, é vista como a repetição na diferença, na ausência constitutiva do teleológico. Os limites de representação do real são os limites dos sistemas de significação (assim como na linguística), e essa é a justificativa ontológica que baseia um pressuposto teórico como este, seguido aqui (DELEUZE, 2021).

Para Laclau (2014), por meio e uma perspectiva ôntica, as associações se dão em relação

aos discursos, constituídos a partir de posições de sujeito. Sujeitos, grupos, que passam a negociar suas demandas particulares a partir da referência que têm, das narrativas. Este processo gera um corpo social – discursivamente construído, reavaliado, novamente sedimentado –, em constante negociação, rasgado pelas virulentas posições de sujeito que emergem como símbolos e signos do discurso (LACLAU, 2014).

Esse processo constante de fissura, que se dá através da negociação, mostra como essa visão pós-estruturalista, essa perspectiva ontológica pós-fundacionalista, não nega a estrutura social e nem vai em direção a um relativismo; apontando, apenas, para o fato de que a estrutura fundamental da sociedade não tem fundamento para além da própria existência. Daí esta estrutura não se justificar, além de sua existência. Essa situação, conforme é interpretada a partir de Heidegger (MENDONÇA, LINHARES, BARROS, 2016), temos um *afundamento*, uma vez que o “fundamento é o abismo” (MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016, p. 172). Laclau complementa esta percepção ao afirmar que a ausência última de uma lógica universal, teleologicamente guiada (uma regra histórica fundamental, ou seja, um fundamento), voltado a organizar a sociedade é justamente o que garante que lógicas ou estruturas parciais possam agir e produzir efeitos de fundamento. Essa constatação leva a conclusão quanto ao fato de que os fundamentos são contingentes e nunca totais.

Para Laclau (2014) todo esforço empírico de totalização é finito diante das infinitas possibilidades, que àquele jamais será capaz de totalizar. O mesmo ocorre com a ideia de democracia, que existe de fato na contingência das múltiplas possibilidades de prática articulatórias, que giram em torno da ideia de democracia. Dessa forma, o fundamento nunca terá um princípio final, atingível, visto que ele é um entre outros possíveis, nunca se esgotando. Não há possibilidade de fechamento em relação a como a democracia e, novamente, é justamente por não existir esse fundamento último é que é possível existir fundamentos, porém parciais (LACLAU, 2014), desse modo, a democracia nunca termina, cada proposição democrática é contingente e precária, estando marcada pelas associações individuais. Ela funciona, então, como um sistema relacional de significados, em que o limite faz parte do sistema, como aprofundaremos adiante.

Esta compreensão faz com que autores como Deleuze (2021), afirmem que o fundamento é a anterioridade, é o que vem primeiro. Portanto, é sempre uma imagem, uma pretensão (DELEUZE, 2021). O fundamento da sociedade é dotado de uma característica pretendida pelos indivíduos, em associação. O que envolve identidade e discurso. Daí ser, a própria razão, um princípio de fundamento possível, diante de uma tentativa de ordenar uma sociedade. Sendo, no entanto, uma projeção de razão diante dos considerados *desarrazoados*, vistos como os que pretendem ser racionais. O valor dado ao outro, portanto, aqui, é baseado na negação do outro e não na afirmação da diferença.

A operação de fundar, nesse sentido, elabora a relação entre o pretendente e o fundamento. A diferença, aqui, é pensada sob o princípio e condição da semelhança, assim se configura uma situação de hierarquia, em direção a maior capacidade de semelhança do pretendente com a qualidade (ou valor) do fundamento. Deleuze afirma, nesta direção, que a imagem ou pretensão bem-fundada chama-se representação. “É nesse sentido que a ideia inaugura ou funda o mundo da representação” (DELEUZE, 2021, p. 361). O que ocorre, portanto, e de fato, é que um fundamento, precário, contingente e de certa forma arbitrário, é eleito a partir das relações de poder reveste-se como verdade (NIETZSCHE, 2019), como efeito de verdade (FOUCAULT,

2016) e/ou como decorrência de cadeias discursivas que preenchem o mundo das representações e estabelecem os predicados da hegemonia (LACLAU, 2014).

Para autores como Deleuze (2021, p. 361), a partir desse princípio fundacional “as imagens rebeldes e sem semelhança (simulacros) são eliminadas, rejeitadas, denunciadas como não fundadas, falsos pretendentes”. Exemplos: Os discursos antagônicos tais como o fundamento científico, na Idade Média europeia; ou o discurso religioso, no mundo contemporâneo ocidental. Esse exemplo simples também pode ilustrar, mesmo que bastante superficialmente, a tentativa dos pós-funcionalistas de compreenderem a ausência de fundamento como o próprio fundamento, ou o fundamento como abismo, isto porque a impossibilidade de um centro estrutural estático irradiar organização eterna é o que dá a possibilidade de os centros tornarem-se móveis e contingentes.

Do ponto de vista da lógica da semelhança, as práticas articulatórias trabalham com a ideia de que existe uma força de interiorização (“padrão de categorização”), do qual dependem todos os outros sistemas de significação relacional existentes. Como se as diferenças entre os elementos, “as partes” de um mesmo sistema passassem a orbitar em torno do mesmo eixo, colocando em suspenso a diferença de um para o outro, de modo a estabelecer/protagonizar outra relação de contraste, maior, que se dá nos limites da intersecção. Assim o sistema anula as diferenças existentes de um elemento para outro elemento, deixando seu processo de significação parte-parte em suspenso, pois assumidos como tendo uma referência em comum.

De modo a enfrentar este raciocínio Laclau lança mão do conceito de real e realidade, a partir de Lacan (1988), para construir sua teoria ontológica. O vácuo elegido como real, por Lacan, é aqui, justamente, o espaço existente entre significado e significante. O real é impossível de ser simbolizado, sendo aquilo que faz parte do elemento, mas sem capacidade de ser representado por símbolos. Ele tem significação, mas uma significação sem símbolo, portanto, um significante vazio, pois a linguagem limita e não encerra o processo de significação. As pessoas, nas práticas articulatórias, fazem parte do movimento discursivo, o constituem e são constituídos por eles; porém não são reduzidas a ele, e eles não se reduzem à suas partes, principalmente porque o real é numa dimensão não simbolizável, e a realidade é aquela que posso representar (LACLAU, 2011). O real é aquilo que não pode ser simbolizado, que existe atuando com uma gerência que influencia a conduta do sujeito, sem se anunciar pela linguagem. É exemplificado no trauma, que influencia, está presente, mas não tenho acesso (LACAN, 1998). Todavia, os limites do discurso constroem a trama do tecido social, sempre em fissura, disputando legitimidade discursiva, diante de regimes de verdade e ordens de discurso que interditam o que pode ou não ser dito, o que é válido ou não. Para Foucault (2007), esses limites podem ser entendidos como interditos ou inadequações, exclusões fixadas pela necessária convergência da razão e das relações de poder, diante da verdade como vontade de verdade, que configuram seu inverso constitutivo, ou seja, a ideia da ideia falsa. Nesse sentido, os silêncios e as palavras, para além do seu sentido e significado postos, podem desvelar a estrutura pela qual o discurso é montado, pelo que se orienta, qual efeito de verdade produz e que recursos elege para reivindicar seus significados e seu lugar de lucidez. Isto porque existe uma ameaça exterior, diante da construção da lógica do discurso, a desrazão. É através da palavra que se identifica a desrazão e a loucura, e ela funciona como corte antagônico primordial das práticas discursivas (FOUCAULT, 2016; 2007).

Do ponto de vista dos discursos, a partir da articulação (chamada por Laclau de ponto

nodal), que um discurso constrói em relação aos demais, tende a ocorrer a disseminação de uma ideia hegemônica, na medida em que adota a capacidade de esvaziar seu significado primeiro e incorporar a complexidade de demandas discursivas particularizadas, representando uma opção e ganhando sentidos novos, adicionais e particularizados, diante de seu corte antagônico. Quando isto ocorre tende a estabelecer (ou reestabelecer) uma ordem, embasada na tentativa de fixar os sentidos. O discurso privilegiado, diante da tentativa fixar os significados, é chamado de ponto nodal; e ao redor dele se organiza a hegemonia. O senso comum é um exemplo. (ALVES, 2011).

A prática da articulação consiste, portanto, no caráter parcial dessa fixação; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante por sua vez do constante extravasamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade. (LACLAU; MOUFFE, 2015).

O antagonista, aquele outro, de fora, que figura como centro negativo, constitutivo da própria afiliação discursiva, pode também se tornar agregador das demandas e dos sentidos dados, se apresentando como constituído por valor nulo, adotando a capacidade de se tornar – ao menos por um tempo –, hegemônico, e em uma situação de crise generalizada, num momento de formação ou reorganização da vida social, tem a capacidade de cindir a sociedade de cima abaixo. A associação das identidades aos discursos se dá em direção ao signo capaz de nulificar-se num processo de “representação de interesses”, como afirma Laclau e Mouffe (2014, p.73)

A fase intermediária, de construção de novas articulações ao redor do ponto nodal, Laclau chama de dispersão discursiva, ou seja, o que ocorre quando nenhum predicado tem capacidade de condensar, sobre si, todo o antagonismo em relação ao discurso hegemônico. Já a associação dos grupos em torno de questões que constituem suas identidades, que giram ao redor da associação de demandas particulares, de significado, o autor chama de momento. O momento discursivo é o ponto histórico em que um indivíduo ou grupo adere a formação discursiva, constituindo e sendo constituído por ele. A hegemonia poder ser constituída em vários momentos, inclusive momentos intercambiáveis (LACLAU; MOUFFE, 2015).

### **Considerações finais**

A partir da filosofia de Nietzsche, alguns dos autores pós-estruturalistas, percebem a epistemologia, gnosiologia e a ontologia numa perspectiva de desconfiança ao logocentrismo presente em boa parte das teorias modernas. Gilles Deleuze, em seu livro *Diferença e Repetição* elabora o conceito de Filosofia da Diferença no intuito de destacar a importância da relação de termos sem relação no pensamento científico, filosófico e para chamar a atenção dos problemas do silogismo Aristotélico, um dos fundamentos de parte da filosofia contemporânea. (DELEUZE, 2021).

Essa forma de interpretar o mundo concede centralidade à linguagem na construção simbólica dos indivíduos, linguagem (e construção simbólica essa) que também forneceria algo como as bases operacionais pela qual as pessoas entendem, interpretam, dando forma e significado ao vivido. Um sistema linguístico, então, funciona como a ferramenta utilizada para construir uma cadeia interligada de significado de valor negativo utilizada pelas pessoas em sociedade para entender e significar a realidade, é por esses sistemas linguísticos que damos ação e intenção ao real, transformando-o em realidade (DELEUZE, 2021; LACLAU, 2011).

A realidade é a parte interpretável do real, conceito emprestado de Lacan. O discurso assim é um fenômeno social que enfeixam cadeias de significado, portanto a realidade é representativa, a vida social é discursiva e o real é inacessível (LACLAU; MOUFFE, 2015). A própria ciência é um discurso, um discurso revestido de anti-discurso para atingir uma pretensa neutralidade (LOSEKAN, 2012), e, na maioria dos casos baseada numa lógica de silogismo que aglutina termos negativos, antagônicos, ou apenas únicos e, portanto, dissociados (DELEUZE, 2021).

A educação, nesse contexto, é o momento de construção conjunta e alargamento das fronteiras simbólicas do indivíduo em grupo através dos sistemas de significação. A escola repete a tradição epistemológica hegemônica se apoiando na lógica da semelhança, e repete a semelhança sem abertura para a compreensão da diferença de fato, ou melhor *das diferenças* de forma singular. Deleuze preconiza que deveríamos perceber que a repetição se dá no outro polo: na diferença. Essa é uma importante lição, e seria salutar para uma nova formação de sujeitos a utilização dessa orientação como fundação provisória da epistemologia dos conhecimentos na educação escolar, possibilitando uma abertura do conhecimento e da educação para o mundo da vida.

## Referências

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O Conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova: Revista de Cultura e Política 2010, Nº 80 Páginas 71 – 96

BURITY, Joanildo. Desconstrução, Hegemonia E Democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/nabuco/joan7.rtf>>

CHAUI, Marilena. Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011

DELEUZE, Gilles. Diferença e Repetição: tradução Luiz Orlandi, Roberto Machado. – 3ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2021

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. Subjetividade e Verdade. Tradução: Rosemary Costhek Abillio – Editora Travessa. 1 ed. 2016. ISBN: 978-85-469-00-824

LACAN, Jacques. Para Além Do Princípio De Realidade. Em Escritos (R. Vera, Trad., pp.77-95). Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Original publicado em 1936). 1988

LACLAU, Ernesto. Emancipação e Diferença. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2011. 222 p. ISBN 978-85-7511-199-4

LACLAU, Ernesto. The Rhetorical Foundations of Society. UK, London: Verso. Edição do Kindle. 2014 ISBN 978-1-78168-527-3.

---

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. E Aécio Amaral= São Paulo: Intermeios; Brasília: CNP1, 2015. 288 p.

LOSEKANN, Cristiana. Teorias e métodos a partir do pós-estruturalismo – uma introdução ao tema da ciência e do discurso. v. 1 n. 1 (2012): GETPol - Anais do Colóquio do Grupo de Estudos de Teoria Política.

MENDONÇA, Daniel. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. Revista Ciências Sociais Unisinos. V. 43 n. 3. set/dez. 2007. e-ISSN 2177-6229. Disponível em [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/5674](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/5674). Acesso out/2021

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto. Org. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau. – 2 ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 212 p. ISBN 978-85-397-0478-1

MENDONÇA, Daniel de; LINHARES, Bianca de Freitas; BARROS, Sebastián. O Fundamento Como “Fundamento Ausente” Nas Ciências Sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. Sociologias [online]. 2016, v. 18, n. 41 [Acessado 30 Abril 2022] , pp. 164-194. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-018004106>>. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004106>.